

Como nascem as invasões

Parcelamentos de terra sem autorização e assentamentos irregulares geram cidades desordenadas. Esses parcelamentos são ilegais e visam, no fim, o benefício de apenas poucos grileiros, e nunca o da população do local. Os habitantes de um assentamento acabam por morar em uma região que não proporciona qualidade de vida. Um núcleo urbano desordenado prejudica o meio ambiente, facilita para o aumento da violência e da criminalidade e causa ruídos na relação entre o governo e o povo. Os moradores de uma invasão, mesmo acreditando estarem abrigados, correm o risco e perder o lote e o que já construíram, pois ocupam uma área ilegal e podem ser retirados a qualquer momento.

Uma invasão começa com um ou dois barracos isolados numa área. Famílias ficam abrigadas ali por alguns dias e, progressivamente, cresce o número de moradias e de habitantes. Dessa forma, em pouco tempo uma vasta área está tomada por invasores e sujeita à ação dos grileiros. Ceilândia é uma cidade criada para conter invasões. O "Cei" do nome da cidade vem de Comunidade de Erradicação de Invasões.

Quando uma ação para conter esses assentamentos é tomada a tempo, a situação é revertida, famílias podem ser realocadas, e construções demolidas. O meio ambiente e a qualidade de vida estão salvos. Mas se há demora na reação, mais casas são construídas, a infra-estrutura local piora, e fica cada vez mais difícil reordenar a população invasora. Nesse caso os problemas se somam. Nasce então uma cidade sem ordenamento. É o caso, por exemplo, da Estrutural e do São Bartolomeu.

O meio ambiente é prejudicado pelo aterro de nascentes, assoreamento de rios, dela derrubada de árvores e pela invasão de corredores de animais. Com isso, muitos desses animais acabam por invadir áreas residenciais e comerciais. Somente em 2006 foram capturados mais de 2 mil animais nesta condição. E



os impactos ambientais no cerrado são, em sua maioria, irreversíveis. Para conter o desmatamento e a destruição, foram elaboradas leis que exigem de um parcelamento um projeto para o desenvolvimento sustentável da região.

Da mesma forma, foram criadas leis para garantir a reordenação e a fiscalização de áreas de crescimento urbano ilegal. Seja para retirar invasões se ainda houver tempo, seja para contê-las e legalizá-las. Esses projetos urbanos levam qualidade de vida e infra-estrutura para a população em todo o DF.

O Planalto Central é ocupado ordenadamente por um lado, e de forma desordenada por outro, desde o início do processo de desapropriação de terras da região, em 1966. Para lidar com esse problema, em junho de 2003 foi restaurada a Secretaria de Estado e de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e, conjuntamente, para coordenar e promover ações de regularização de loteamentos particulares implantados irregularmente, foi criada a Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos (Supar).

Juntas, a Seduh e a Supar criaram um banco de dados que possibilitou mapear e fiscalizar os parcelamentos irregulares de terra no Distrito Federal. Esse foi o desafio da secretaria nos quatro anos de existência da mesma. A idéia é disponibilizar, por meio digital e via Internet, um diagnóstico preliminar dos parcelamentos de terra irregulares no DF. Para que isso fosse possível foi criado o Supar Digital. Com esse banco de dados, a regularização dos parcelamentos irregulares de terra se torna viável.